

**Lei Complementar nº 884, de 17 de outubro de 2000**

(Projeto de lei Complementar nº 64, de 2000)

Altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 656, de 28 de junho de 1991

O Presidente da Assembleia Legislativa: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 656, de 28 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Para fins do disposto nesta lei complementar, poderão ser oferecidas vagas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima apurada em concorrência com o § 2º do artigo 8º da Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975, com a redação dada pela Lei Complementar nº 764, de 25 de novembro de 1994." (NR)

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 17 de outubro de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de outubro de 2000.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

**Lei nº 10.666, de 17 de outubro de 2000**

(Projeto de lei nº 477, de 2000)

Altera a Lei nº 8.491, de 27 de dezembro de 1993, que instituiu a Gratificação de Apoio à Pesquisa Científica e Agropecuária - GAPCA

O Presidente da Assembleia Legislativa: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - O item 2, do § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 8.491, de 27 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2 - os integrantes das classes mencionadas no inciso III que se encontrem em efetivo exercício na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral ou na Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento." (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1998.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 17 de outubro de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de outubro de 2000.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

**Lei nº 10.667, de 17 de outubro de 2000.**

(Projeto de lei nº 509, de 2000)

Dispõe sobre a concessão de abono aos servidores e inativos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica concedido um abono de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) aos servidores e inativos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa.

Artigo 2º - O abono de que trata o artigo anterior, não se incorporará aos vencimentos e proventos para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Artigo 3º - O disposto nesta lei será considerado para efeito de determinação dos valores dos benefícios devidos ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - Ipeps e ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe.

Artigo 4º - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas em orçamento, suplementadas, se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2000.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de outubro de 2000.

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente  
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de outubro de 2000.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

1998, que dispõe sobre a redistribuição da Quota Estadual do Salário-Educação - QESE entre o Estado e os seus municípios. Parecer nº 96, de 2000, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável. Com 2 emendas e 2 substitutivos apresentados nos termos do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do Regimento Interno. Pareceres nºs 560, 561 e 562, de 2000, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, contrários. (Com requerimento de método de votação em fase de votação adiada.)

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2000, (Autógrafo nº 24674), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 1995, (Autógrafo nº 24500), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Institui o cartão magnético para veículos automotores, no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Dispõe sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Regulamenta o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 914, de 1995, (Autógrafo nº 24467), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Dispõe sobre a criação do Terminal da Cidadão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de Lei nº 57, de 1996, (Autógrafo nº 24586), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Obriga as transportadoras que realizam serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros a identificar os seus usuários. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zonamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 1996, (Autógrafo nº 24589), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paulo Julião. Dispõe sobre o uso das praias públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 369, de 1996, (Autógrafo nº 24468), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Flávio. Dispõe sobre o acompanhamento educacional da criança e do adolescente internados para tratamento de saúde. Parecer nº 253, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 398, de 1996, (Autógrafo nº 24489), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadi. Estabelece pensão mensal vitalícia às pessoas vítimas de violência e despreparo policial. Parecer nº 255, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 1996, (Autógrafo nº 24505), vetado parcialmente, de autoria do deputado Paulo Teixeira. Institui o Cadastro Estadual de Inadimplentes Sociais. Parecer nº 256, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 710, de 1996, (Autógrafo nº 23980), vetado parcialmente, de autoria da Comissão do Meio Ambiente. Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 110, de 1997, (Autógrafo nº 24484), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Cria o Programa de Crédito para Compra de Terra para construção de habitação popular. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, de auto-

ria do deputado Rafael Silva. Dispõe sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 304, de 1997, (Autógrafo nº 24470), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler Proibe a comercialização de pneus importados seminovos ou meia-vida reconicionados ou Reformados no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 342, de 1997, (Autógrafo nº 24499), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira dispõe sobre a contratação e a prestação do trabalho externo de presos, em cumprimento de pena privativa da liberdade, sob regime semi-aberto. Parecer nº 666, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 366, de 1997, (Autógrafo nº 24486), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de programa de atendimento a crianças e adolescentes dependentes de drogas (drogaditos). Parecer nº 660, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 424, de 1997, (Autógrafo nº 24439), vetado totalmente, de autoria do deputado Celdino Crespo. Dispõe sobre a criação de central de divulgação e informação sobre concursos públicos. Parecer nº 97, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Dispõe sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 1997, (Autógrafo nº 24479), vetado totalmente, de autoria do deputado Márcio Araújo. Dispõe sobre obrigações ao fornecedor que remeter, indevidamente, o consumidor a protesto cartorário. Parecer nº 290, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

29 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 20, de 1998, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado.)

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 73, de 1998, (Autógrafo nº 24468), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Autoriza o Poder Executivo a cancelar, administrativamente, a Inscrição Estadual de toda e qualquer empresa que exigir a realização de teste de gravidez e apresentação de atestado de laqueadura para o acesso das mulheres ao trabalho. Parecer nº 275, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 99, de 1998, (Autógrafo nº 24506), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Institui o Programa Estadual de Saúde Auditiva. Parecer nº 232, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 521, de 1998, (Autógrafo nº 24509), vetado totalmente, de autoria do deputado Duarte Nogueira. Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 617, de 1998, (Autógrafo nº 24622), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante licitação e por preço não inferior ao da avaliação, imóvel situado na Capital. Pareceres nºs 1272 e 1273, de 2000, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Obras Públicas, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 65, de 1999, (Autógrafo nº 24461), vetado totalmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Dispõe sobre a concessão de subvenção mensal à famílias responsáveis pela guarda de menores. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 103, de 1999, (Autógrafo nº 24668), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Dr. João Bosco Violiim Ferreira" ao foro Distrital de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 253, de 1999, (Autógrafo nº 24574), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre acesso gratuito aos policiais civis e militares aos eventos de natureza cultural, artístico e desportivo. Parecer nº 338, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 1999, (Autógrafo nº 24559), vetado totalmente, de autoria do deputado Dorival Braga. Estabelece medidas assecuratórias vedando qualquer violação no princípio de igualdade de direitos e obrigações entre os sexos. Parecer nº 240, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 294, de 1999, (Autógrafo nº 24547), vetado totalmente, de autoria do deputado José de Filippi. Dispõe sobre o exercício do poder de fiscalização dos deputados estaduais. Parecer nº 661, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 1999, (Autógrafo nº 24572), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a Lei nº 3914, de 1983, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo Congênito nos hospitais e maternidades do Estado. Parecer nº 369, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 313, de 1999, (Autógrafo nº 24537), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Dispõe sobre a criação da Loteria da Segurança Pública no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 353, de 1999, (Autógrafo nº 24538), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Institui Centros de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência. Parecer nº 238, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 384, de 1999, (Autógrafo nº 24680), vetado totalmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dá a denominação de "Gilson de Almeida Costa" ao trecho da Rodovia SP-250, entre os Km 179,50 e 201. Parecer nº 1348, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 1999, (Autógrafo nº 24581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 410, de 1999, (Autógrafo nº 24552), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões Institui a "Semana de Assistência Farmacêutica". Parecer nº 580, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao "Ferroviário Atlético Clube", com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 427, de 1999, (Autógrafo nº 24503), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Moraes. Isenta do IPVA e de penalidades por infração de trânsito o proprietário de veículo objeto de furto, roubo ou extorsão. Parecer nº 245, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 466, de 1999, (Autógrafo nº 24495), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Institui a Campanha do Colesterol e da Hipertensão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 476, de 1999, (Autógrafo nº 24487), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias. Parecer nº 246, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado.)

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 498, de 1999, (Autógrafo nº 24562), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Proíbe o repasse, a empresas privadas fornecedoras de produtos eletroeletrônicos de detecção de velocidade e de equipamentos fotográficos, de parte de receita auferida por órgãos públicos, em razão de cobrança de multas. Parecer nº 288, de 2000, de relator

**COMUNICADOS**

**Proposta Orçamentária**

De ordem da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Secretaria Geral Parlamentar comunica que estará sendo realizado hoje, no Auditório Teotônio Vilela, a partir das 15:00 horas, um encontro sobre a "Proposta Orçamentária do Estado de São Paulo 2001", no qual serão abordados os seguintes assuntos:

- \* Instruções para a elaboração de emendas; e
- \* Utilização do programa "Autor Elabora".

O evento será dirigido às Assessorias dos Senhores Deputados e terá como objetivo colaborar para o aprimoramento dos trabalhos de apreciação da proposta orçamentária e apresentação de emendas por parte deste Poder.

Assembleia Legislativa, 18 de outubro de 2000.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

**ORDEM DO DIA**

**18 DE OUTUBRO DE 2000**  
**153ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**Proposições em Regime de Urgência**

1 - Votação - Projeto de lei nº 1005, de 1999, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10013, de 24 de junho de

ASSINATURAS	-(11) 6099-9421 e 6099-9626
PUBLICIDADE LEGAL	-(11) 6099-9420 e 6099-9435
VENDA AVULSA	-EXEMPLAR DO DIA: R\$ 2,07 — EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 4,17
<b>FILIAIS - CAPITAL</b>	
• JUNTA COMERCIAL	-(11) 3825-6101 - Fax (11) 3825-6573 - Rua Barra Funda, 836 - Rampa
• POUPATEMPO/SÉ	-(11) 3117-7020 - Fax (11) 3117-7019 - Pça do Carmo, snº
<b>FILIAIS - INTERIOR</b>	
• ARAÇATUBA	- Fone/Fax (18) 623-0310 - Rua Antonio João, 130
• BAURU	- Fone/Fax (14) 227-0954 - Pça. das Cerejeiras, 4-44
• CAMPINAS	- Fone (19) 3236-5354 - Fax (19) 3236-4707 - Rua Irmã Serafina, 97 - Bosque
• MARÍLIA	- Fone/Fax (14) 422-3784 - Av. Rio Branco, 803
• PRESIDENTE PRUDENTE	- Fone/Fax (18) 221-3128 - Av. Manoel Goulart, 2.109
• RIBEIRÃO PRETO	- Fone/Fax (16) 610-2045 - Av. 9 de Julho, 378
• SANTOS	- Fone/Fax (13) 234-2071 - Av. Conselheiro Nébias, 368A - 4º andar - salas 411
• SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	- Fone/Fax (17) 234-3868 - Rua Machado de Assis, 224 - Santa Cruz
• SOROCABA	- Fone/Fax (15) 233-7798 - Rua 7 de Setembro, 287 - 5º andar - Sala 51

**IMPRENSA OFICIAL**  
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

**DIRETOR-PRESIDENTE**  
Sérgio Kobayashi

**DIRETOR VICE-PRESIDENTE**  
Carlos Conde

**DIRETORES**  
Industrial: Carlos Nicolawesky  
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg

**IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP**  
C.G.C. 48.066.047/0001-84  
Inscr. Estadual - 109.675.410.118

**Sede e Administração**  
Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - SP  
(PABX) 6099-9800 - Fax (11) 6692-3503

**Diário Oficial**  
Estado de São Paulo

**LEGISLATIVO**  
Jornalista Responsável  
Teresa Cristina de Miranda - MTb 1787/80  
Gerente de Redação - Cláudio Amaral

**REDAÇÃO**  
Rua João Antonio de Oliveira, 152  
CEP 03111-010 - São Paulo  
Telefone 6099-9800 - Fax 6099-9706

http://www.imprensaoficial.com.br  
e-mail: imprensaoficial@imprensaoficial.com.br